JOAQUIM ALBERTO IRIA J.or

LICENCIADO EM CIÊNCIAS HISTÓRICAS E FILOSÓFICAS PELA FACULDADE DE LETRAS DE LISBOA

R.130806

Do Algarve ao Brasil no caíque de pesca "Bom Sucesso" em 1808

Um episódio à margem da Guerra Peninsular
(Excerto de uma tese)

LISBOA
1 9 3 6

EDIÇÃO E PROPRIEDADE
DO AUTOR

Escola Tipográfica das Oficinas de S. José de Lisboa

Ao
Ex.mo Senhor

Dr. João Martins da Silva Marques

Ilustre Professor de Paleografia e Diplomática na Faculdade de Letras de Lisboa e Conservador do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

O. D. e C.

O seu antigo discípulo,

Joaquim Alberto Tria Júnior

Berço de Heroes, Algarve, inda não falhão
Em ti do mar Ilustres vencedores!

. . . . . .

José Agostinho de Macedo — *O Novo Argonauta. Lisboa. 1809.*

O Algarve, em menos de oito dias, tinha expulsado os franceses para além da serra do Caldeirão.

Organizada a defêsa e tomadas as primeiras medidas de carácter político-militar, o Supremo Conselho de Regência, instalado em Faro, resolveu participar à Côrte portuguesa, refugiada em terras de Santa Cruz, o patriótico levantamento desta província contra o invasor.

Das praias de Olhão, antiga colmeia de audazes pescadores, onde primeiro se erguera o grito da independência, partem os mensageiros da boa nova.

¿ Quando? A história registou apenas o mês e o ano.

« Em Julho de 1808 — escreve Batista Lopes — se propuseram uns pescadores de Olhão, pequena povoação na costa do Algarve, a levar ao Rio de Janeiro a notícia da sublevação que ali tinha havido contra os franceses que então ocupavam o reino. Aprestou-se um pequeno cahique da pesca, da lotação de duas mil arrobas, pouco mais ou menos, em que foi por mestre Manuel Martins Garrôcho, por piloto Manuel de Oliveira Nobre » (1).

Era arrojada a emprêsa dêstes patriotas. Todavia nada lhes meteu mêdo: nem a pequenez do barco, nem a grande extensão a percorrer entre céu e mar... José

---

(1) Empreza arriscada, e atrevida de Diogo Botelho Pereira, in *O Panorama,* de 28 de Setembro de 1839, vol. III, n.º 126, pág. 312.

Agostinho de Macedo, que no seu poemeto «O Novo Argonauta» celebrou o feito, faz notar o seguinte:

«Todos conhecem o tamanho e a construção de hum Cahique, não é precisa muita prudência para se não arriscar nêle em huma viagem do Algarve para Lisboa em tempo de Inverno, e nessa embarcação se aventurou o grande Piloto Manuel de Oliveira Nobre a passar o Oceano, e a chegar ao Rio de Janeiro. Caso único na História Naval de todos os Povos» (2).

. . . . . .
Talvez ignore o frígido Tamisa,
E o Sena transformado em sangue e luto,
Que o Atlântico mar banhe a pequena
E mal sabida Olhão: he esta a Pátria
Do novo Heróe, do vencedor dos mares
Co' as frágeis armas d'hum batel pequeno;
Cuja façanha audaz deixa esquecidos
De Americo, e Colombo o nome, e os feitos.
. . . . . .

Como outrora os portugueses na época dos descobrimentos, os nossos pescadores ouvem primeiro solenemente missa no gracioso templo de Nossa Senhora do Rosário e, só depois, se despedem para a longa viagem.

. . . . . .
O ligeiro Baixel já corta as ondas,
Hum longo e branco sulco atráz deixando,
Pôs no escuro Ocidente a altiva prôa.
. . . . . .

Confiados na *Mãi Santíssima*, — assim invocam ainda a padroeira nas trabalhosas lides do mar — e entregues à perícia de Oliveira Nobre, vão fazer aguàda e prover-se de mantimentos à ilha da Madeira. Ali induziu o nauta olhanense «um jovem piloto», a

(2) Ob. cit. pág. 5.

partilhar com êle os riscos da emprêsa. O môço piloto, no dizer de Agostinho de Macedo, tinha já feito a carreira da India e asseguraria a continuação da viagem, como era desejo de Oliveira Nobre, que ao próprio poeta confessou: «...poderia adoecer, ou morrer, e nêste caso conservar a existência dos que consigo levava, que como pescadores de Olhão nunca tinhão perdido de vista as costas de Portugal» (3).

E de novo o pequeno caíque se engolfa no vasto oceano, para só aportar às brasílicas terras...

«Bom Sucesso» se chamava a minúscula embarcação de mestre Garrôcho, o que era já um bom augúrio para os que nela iam cobrir-se de glória e passar à posteridade. Note-se que êsse «Jovem Piloto», de que nos fala Agostinho de Macedo, veio mais tarde impugnar em público a façanha atribuída a Oliveira Nobre, de haver dado rumo ao caíque do Funchal ao Rio. Chamava-se Francisco Domingues Machado e já tinha feito uma viagem de Lisboa a Macau, «*como praticante*», a bordo da galera «Voadora» do negociante lisbonense J. Nunes de Oliveira (4).

Não lhe coube, porém, a glória absoluta de timoneiro audacioso. Contrastando com a sua pouca idade e conhecimentos de simples «praticante» da navegação para oriente, surge-nos o piloto olhanense, homem já feito e experimentado nas cousas do mar.

Diz-nos Agostinho de Macedo, que, como êste «...não era prático na carreira do Brasil, e tinha deixado em Lisboa as suas cartas Hydrográficas, dirigia-se por huma estimativa muito incerta, sendo o seu maior cuidado observar a direcção das correntes do Oceano e dirigir o rumo do Caíque conforme estas correntes» (5).

(3) *O Novo Argonauta*, pág. 13.

(4) Noticia de mais um piloto portuguez do cahique — Bom-Sucesso que levou ao Brasil a participação da restauração do Algarve, depois da invasão franceza, in *O Panorama* de 7 de Dezembro de 1839, vol III, n.º 136, pág. 392. B. N. L.

(5) Ob. cit., págs. 15-16.

*

Ora quem lidava com «Cartas Hydrográficas» e observava as correntes marítimas, não estaria à mercê das indicações dum jovem piloto, que apenas contava uma viagem ao oriente.

Indubitàvelmente Oliveira Nobre foi o orientador da arrojada expedição, em que colaborou Francisco Domingues Machado, mas por mero acaso.

Seja como fôr, ao cabo de algum tempo de viagem, o «Bom Sucesso» depois de violentamente batido por um grande temporal, que o ia fazendo sossobrar,

. . . . . .
Então toldado o liquido Horizonte,
De acasteladas nuvens brame o vento,
Sôa o rouco trovão lança a tormenta
Sobre hum mar outro mar, sorvem-lhe as ondas
O convulso Baixel, de novo nos ares
As encruzadas ondas o vomitão:
Em horrida peleja os Elementos
Em cada vaga a sepultura mostrão.
. . . . . .

avista finalmente as costas da América do Sul: era, porém, a Caiena francesa e não ainda o desejado porto.

Encorajados pelo grande piloto, de novo se fazem ao largo, procurando a altura de Pernambuco, onde aportaram, «vindo depois com penosa viagem ao longo de quási tôda a costa do Brasil demandar o Rio de Janeiro» (6).

Foi só aqui, que êsse punhado de bravos ousou pedir *alviçaras ao Senhor Rei....* Oliveira Nobre falou por essa gente simples e heróica, inflamado de dupla glória e patriotismo. Era já o dia 22 de Setembro de 1808. Não havia ainda três meses que do Algarve se tinham metido ao mar... (7).

(6) *O Novo Argonauta,* pág. 16.
(7) Sousa Monteiro, *História de Portugal.* Lisboa 1838. Tomo I pág. 261 B. da Ac. das C.

. . . . . .
E do Monarcha enternecido à vista
Tão estranho espectáculo se mostra,
E o vacilante Barco as praias toca;
E desde a poppa o triunfante Nauta
Alça a voz, e annuncia a liberdade,
E da Patria o grilhão quebrado e roto.
. . . . . .

«Todos os habitantes do Rio de Janeiro — escreve Batista Lopes — naturaes e estrangeiros, ficaram maravilhados de que em tão frágil e pequena embarcação podessem atravessar tantas mil leguas do oceano homens não só leigos nas mais triviais regras da náutica, mas que nunca se haviam afastado cem léguas da costa de Portugal. Muitos estrangeiros, e principalmente ingleses, tiraram a planta e dimensões do barco, que conservaram com aprêço» (8).

Acolhidos festivamente pela Côrte e pela hospitaleira população carioca, são êles os heróis do dia.

A sua acção havia de perdurar na memória do povo olhanense e ficaria constituíndo, no dizer de Claudio de Chaby, um «louvável estímulo à prática das acções generosas e grandes, que só podem provir da coragem, do amor da Pátria e de uma consciência pura» (9).

Não admira, portanto, que Oliveira Nobre tivesse sido o mais celebrado tripulante do «Bom Sucesso» e aquele que de maior esatenções foi alvo na capital fluminense (10).

Todos foram, porém, contemplados pelo régio reconhecimento de D. João VI.

Manuel Martins Garrôcho, dono e mestre da pequena embarcação, era casado com Teresa Ma-

(8) *O Panorama* de 28 de Setembro de 1839, vol. III pág. 312.
(9) *Almanach militar ou livro dos quarteis para 1858.* Pág. 215 B. N. L.
(10) Agostinho de Macedo, Ob. cit., pág. 17.
(11) Ataide Oliveira, *Monografia do Concelho de Olhão,* pág. 285 B. N. L.

chada e morava na rua de S. José (11). Recebeu as mercês de 2.º tenente da Armada e de Guarda-Mór de Saúde, ficando a sua lancha isenta de pagar dízimo do pescado, por Decreto de 27 de Dezembro de 1808 e Alvará de 19 de Dezembro de 1811 (12). Abolido êste privilégio, em 1824, (Decreto de 23 de Abril) passou mestre Garrôcho a receber a pensão anual de 100$00 réis (13).

Como não soubesse ler e o cargo de Guarda-Mór exigisse habilitações, foi-lhe concedida licença (Decreto de 9 de Setembro de 1824) para poder nomear «pessoa hábil» que por êle desempenhasse essas funções (14).

Em 1825 o velho pescador conseguia a hereditariedade desta mercê para um filho do mesmo nome (15).

Vitimado pela cólera-morbus, faleceu em 28 de Julho de 1833 e jaz sepultado à porta do Senhor Jesus dos Aflitos em Olhão (16).

Segundo Baptista Lopes, o mestre do caíque foi também agraciado com o hábito da Ordem militar de Cristo (17), o que não podemos confirmar documentalmente.

E', no entanto, também essa a informação dum jornal da época,— segundo o qual mestre Garrôcho teria ficado, não com uma mas com duas lanchas livres de direitos de pesca,—(18) mais tarde corroborada por Sousa Monteiro em 1838 (19).

Afirma ainda êste último autor, mas sem especificar o nome, que «o intrépido Comandante do Caíque»

(12) Arq. Nac. da T., do T. Chancelaria D. João VI, Liv. 17. f. 305; Liv. 12, f. 239; Mercês D. João VI, Liv. 11, f. 269 V.º
(13) Arq. Nac. da T. do T., Chancelaria D. João VI, Liv. 41, f. 377; Mercês D. João VI, Liv. 20, f. 197 V.º
(14) Arq. Nac. da T. do T., Ministério do Reino, Casa da Rainha, Maço 388, Liv. 7, f. 196.
(15) Arq. Nac. da T. do T., Ibidem, Liv. 7, f. 216.
(16) Ataíde Oliveira, Ob. cit. pág. 286.
(17) Cf. *O Panorama* vol. III pág. 312 e *Corografia do Algarve* pág. 16, B. da Ac. das C.
(18) *Telégrafo Portuguez*, 1809 n.º 38 B. N. L.
(19) *História de Portugal*, pág. 261.

recebeu o pôsto de 1.º Tenente de marinha e que D. João VI «comprou liberalmente esta embarcação para servir de monumento histórico dum tamanho e audacioso feito marítimo, e deixou tôda à tripulação satisfeita de suas liberalidades» (20).

Em 1839, Batista Lopes, que dá Garrôcho como 1.º tenente de marinha, com a tença de 200$000 réis, escreveu a êste respeito o seguinte: «O caíque esteve algum tempo conservado para memória na ilha das cobras, depois foi empregado no serviço do arsenal» (21).

Mas em 1841, já melhor informado, acrescenta que aos tripulantes do «Bom Sucesso» lhes foi oferecido «...um iate para voltarem ao reino» e que o caíque «...ainda hoje ali é examinado com maravilha por nacionais e estranjeiros» (22).

Em 1906 Ataíde Oliveira veio, porém, confirmar a compra da célebre embarcação, feita pelo monarca.

Diz o autor: «A um nosso amigo, que muito nos auxiliou nestes apontamentos biográficos, informou uma neta daquele valente e arrojado marítimo que sua mãi recebia ainda uma pensão; e pelo título da pensão se vê que o Cahíque ficára efectivamente no Rio de Janeiro».

E acrescenta o mesmo: «diz-se que o referido Garrôcho recebera do Príncipe Regente seis mil cruzados pelo cahíque que ficára no Brasil» (23).

Quem representa hoje a família do arrojado Martins Garrôcho? Há trinta anos, ainda viviam em Olhão umas senhoras conhecidas pelas Salvadas, que dêle descendiam em linha recta. Hoje (1936) é a família do nosso infeliz e já falecido amigo Dr. Manuel Ventura, quem representa o velho lôbo do mar, do qual conserva como relíquia um lindo espadim, oferecido ao seu heróico antepassado por D. João VI.

Em Setembro de 1931, por ocasião das chamadas

(20) *História de Portugal*, pág. 281.
(21) *O Panorama*, vol. III, pág. 312.
(22) *Corografia do Algarve*, pág. 16.
(23) *Monografia do Concelho de Olhão*, pág. 285.

Festas da Vila, foi até um dos bisnetos de mestre Garrôcho, o menino António Ventura, filho do nosso presado amigo Sr. João de Jesus Ventura, quem inaugurou o monumento levantado em Olhão aos «Heróes de 1808» (da autoria do arquitecto lisbonense Carlos Ramos), perfeitamente enquadrado no espírito típico das construções olhanenses.

Manuel de Oliveira Nobre que, segundo Ataíde, era casado com Clara Maria e morava na rua de S. Bartolomeu (24), foi também condecorado com o hábito da Ordem militar de Cristo, com 200$000 réis de tença, como informa Batista Lopes (25). Documentalmente porém, nada podemos apurar de positivo a êste respeito.

Agostinho de Macedo diz-nos ainda que o bravo piloto olhanense era «Cavaleiro da Ordem de Cristo» (26) e, ao próprio, ouviu o poeta a narração da viagem. Ainda como galardão régio, recebeu Oliveira Nobre a mercê de ser nomeado Capitão do pôrto de Olhão, (por carta patente dada no Rio de Janeiro a 22 de Dezembro de 1808) com o vencimento anual de 400$000 réis (27).

O desconhecimento dêste diploma levou Ataíde a confessar que não sabia o motivo por que a êste arrojado nauta tôda a gente chamava «capitão»; mas o autor encontrou nos livros do registo paroquial o seu nome com aquela patente (28).

Por esta nomeação verifica-se também que Oliveira Nobre foi 2.º Tenente da armada e não 1.º, como afirmára Batista Lopes, no citado «Panorama», o que depois veio a corrigir na sua já referida «Corografia do Algarve».

(24) *Monografia do Concelho de Olhão*, pág. 286.
(25) Cf. *O Panorama* vol .III, pág. 312, e *Corografia do Algarve*, pág. 16.
(26) *O Novo Argonauta*, pág. III.
(27) Arq. Nac. da T. do T., Chancelaria D. João VI, Livro 11, f. 281 V.º; Mercês D. João VI, Liv. 10, f. 109.
(28) Ob. cit. pág. 286.

Faleceu aquele prestante cidadão em 30 de Junho de 1850 e jaz sepultado na capelinha dos Aflitos (29).

Manuel de Oliveira Nobre, a quem o autor de «O Novo Argonauta» caracterizou admiràvelmente chamando-lhe «...homem de huma coragem desusada, de huma constância inflexível e de huma intrepidez a tôda a prova...» era tio-avô do olhanense Dr. João José de Mendonça Cortez, que foi Par do Reino e professor da Universidade de Coimbra.

Segundo o que êste olhanense deixou escrito, o temerário piloto era também avô do Dr. Estêvão de Vasconcelos, filho do Dr. Estêvão Afonso, dois outros olhanenses (30).

São ainda hoje descendentes do destemido nauta, o venerando escrivão e dramaturgo olhanense Miguel Aires de Mendonça, o Dr. Eduardo Aires de Mendonça, Conservador do Registo Civil em Olhão, e o Tenente Coronel, reformado, Estêvão Paulo Afonso, outro filho do maior benemérito que ainda houve nesta vila de pobres pescadores, o Dr. Estêvão Afonso.

De **Francisco Domingues Machado** apenas podemos informar que «El-rei D. João VI, então príncipe regente, premiou por tão ousada e patriótica acção a tripulação e oficiais do caíque e entre êles o sobredito Machado com uma tensa efectiva de 60$000 réis, por ano, por decreto de 21 de Julho de 1809, e do que se lhe expediu portaria em 27 do dito mês e ano, referendado pelo marquês (então conde) d'Aguiar; àlém disto foi condecorado com o hábito da Ordem de Cristo, e teve a patente de 2.º tenente da Armada Real de que ainda recebe o soldo pelo tesouro público do Império do Brasil» (31).

Documentalmente, porém, nada podemos ver que

(29) Ataíde Oliveira, ob. cit. pág. 286.
(30) Cf. João José de Mendonça Cortez, Algarve, Ms. 9771-78. Bibl. Nac. de Lisboa (Reservados).
(31) *O Panorama*, vol. III, pág. 392.

comprove esta informação de «O Panorama» em 1839. Mas, assim mesmo, comparando as mercês de Oliveira Nobre com as de êste seu colaborador e colega, salta à vista a intenção do monarca em querer distinguir o verdadeiro piloto que deu rumo ao «Bom Sucesso».

Falámos, até aqui, do mestre e dos pilotos. Ocorre preguntar agora pelo resto da tripulação do caíque, não menos corajosa.

Com razão se queixára já Ataíde, a quem não foi dado descobrir o nome da *nova nau argos,* de que os nossos historiadores foram assás avaros no registo dos nomes dos companheiros de mestre Garrôcho e Oliveira Nobre, tal como costumam fazer ao tratar duma grande batalha, em que mencionam *sempre* os generais e esquècem *sempre* os soldados (32).

E' no entanto preciso e justo que se faça também a história dos humildes filhos do Povo, que ao Povo ilustram.

Quanto ao número de tripulantes parece terem sido 17. Assim o informava, mas sem dizer os nomes em Maio de 1809, o «Telégrafo Portuguez», que erradamente recorda até a fusta de Diogo Botelho Pereira, vindo do oriente a anunciar a D. Manuel I a posse de mais uma fortaleza — Diu — nos mares da India, quando o arrojado feito se deu no reinado de D. João III.

A êste respeito escreveu Batista Lopes que a viagem dos pescadores de Olhão ao Brasil era «...tanto mais para admirar, quanto sua crassa ignorância contrastava com os conhecimentos de Diogo Botelho» (33).

João Maria Batista, na sua «Corografia de Portugal» (1874) e Pinho Leal no «Portugal antigo e moderno», (1875), citam apenas Garrôcho e Nobre e limitam a companha do «Bom Sucesso» a 5 homens. Ataíde

(32) *Monografia do Concelho de Olhão,* pág. 87.
(33) *O Panorama,* vol. III, pág. 312.

Oliveira, porém, ao fazer a sua Monografia de Olhão, aponta já mais alguns tripulantes do célebre caíque. Nós indicaremos outros e tentaremos identificar os «17 Algarvenses» a que alude o periódico contemporâneo, acima referido.

E' possível que o nosso presado amigo, o professor Dr. Diogo Rosa Machado, venha um dia, com as suas investigações genealógicas àcêrca dos olhanenses de 1808, contribuir também para a sua melhor identificação e mais completa notícia biográfica, que nós apenas tentámos esboçar. Oxalá vejamos ainda publicados os interessantes trabalhos dêste ilustre investigador olhanense, que, no Pôrto, vem trabalhando em incansáveis pesquisas históricas, a-pesar da sua já avançada idade.

António Pereira, se chamou um dêsses mareantes. Dêle não nos fala Ataíde. Sabemos, todavia, que, como mercê, apenas obteve uma lancha livre de direitos de pesca, para seu filho Manuel Pereira, por Decreto de 27 de Novembro de 1808 e Alvará de 30 de Março de 1811 (34). Extinto êste privilégio, em 1824, ficou António Pereira recebendo a pensão anual de 100$000 réis (35). Ignoramos a sua descendência. E' curioso notar que estes heróicos tripulantes do «Bom Sucesso» ou pediram simplesmente uma lancha livre de dízimo ou então... a célebre quinta do Alfeite, segundo reza a tradição!

Domingos do O' Borrego, é o nome de um outro arrojado tripulante.

Ataíde chama-lhe apenas Domingos do O'; dá-o como Guardião da Armada, mas confessa nada lhe constar documentalmente. Apurámos, no entanto, que êle obteve também uma lancha livre de direitos de pesca,

(34) Arq. Nac. da T. do T., Mercês de D. João VI, Liv. 10 f. 2976.
(35) Arq. Nac. da T. do T., Mercês de D. João VI, Liv. 20, f. 18.

por Decreto de 27 de Dezembro de 1808 e Alvará de 28 de Fevereiro de 1811 (36).

Pela extinção dêste privilégio, ficou Domingos do O' recebendo igualmente a pensão anual de 100$00 réis (37).

Além desta mercê, foi-lhe conferida ainda, em 1808, a propriedade do «Ofício de Tabelião do Público Judicial e Notas» da nova vila de Olhão, (Decreto de 19 de Novembro) do qual tomou posse em 15 de Junho de 1826 (38). E, como também não sabia ler, caso freqüente entre os homens do mar, foi dispensado, por lei, de habilitações e exame para o exercício do seu importante cargo (Decreto de 3 de Julho de 1826) (39), podendo nomear «pessoa hábil» para o exercer em seu lugar (Decreto de 27 de Setembro de 1826) (40).

Ainda em vida, Domingos do O' perdeu para sempre o direito à mercê que tão gloriosamente havia ganho.

Com efeito, em 1829, por Decreto de 18 de Março, foi-lhe anulada a propriedade do cargo de Tabelião, por ter sido «um dos que tomaram parte nos acontecimentos revolucionários que tiveram lugar no «Reino do Algarve» no ano de 1828 (41).

A luta fratricida entre liberais e miguelistas começava já a esboçar-se e o Algarve não escapou a ela. Por isso, o nosso Domingos Borrego sofreu as conseqüências políticas de ter pôsto a sua assinatura de cruz numa acta camarária, que desconhecemos ainda.

(36) Arq. Nac. da T. do T., Mercês D. João VI, Livro 10, f. 274 V.º e Chancelaria de D. João VI, Liv. 16, f. 19.
(37) Arq. Nac. da T. do T., Ibidem, Liv. 20, f. 198; Chancelaria D. João VI, Liv. 44 f. 183.
(38) Arq. Nac. da T. do T., Ministério do Reino, Casa da Rainha, Maço 388, Liv. 8. f. 9-9 V.º.
(39) Arq. Nac. da T. do T., Ibidem, f. 11 V.º.
(40) Arq. Nac. da T. do T., Ibidem, f. 17 V.º.
(41) Arq. Nac. da T. do T., Ibidem, f. 62 V.º

Em vão o pobre mareante suplicou, depois de ter saído da prisão, em 1830, para ser reintegrado no cargo de escrivão encartado, mercê feita por D. João VI, como dissemos, por Decreto de 19 de Novembro de 1808 (42).

Baldados esforços. Cheio de desgôsto, veio a morrer em 26 de Janeiro de 1851 e jaz sepultado à porta da Capela do Senhor dos Aflitos (43).

Ignoramos também a sua descendência.

João Domingues Lopes, foi outro tripulante do caíque. Ataíde não o cita. Sabemos, porém, que D. João VI lhe concedeu a mercê de Escrivão dos Orfãos da nova vila de Olhão, por Decreto de 18 de Novembro de 1808, de que tomou posse a 15 de Agôsto de 1826 (44).

Por ironia da sorte, êste *escrivão* também não sabia ler, motivo por que, pelo Decreto de 3 de Julho de 1826, foi também dispensado de habilitações e exame para tomar posse do dito ofício (45).

Em 1830, já velho, sucedia-lhe no cargo, por hereditariedade, seu filho, de nome Joaquim Tomé dos Reis Lopes (46).

Também não conhecemos os seus descendentes.

José Pires foi outro tripulante do caíque. A êle se não referiu Ataíde. No entanto sabemos que a sua lancha ficou igualmente isenta de pagar dízimo do pescado, por Decreto de 27 de Dezembro de 1808 e Alvará de 12 de Março de 1811 (47).

Como em 1824 se extinguiu o privilégio, êste

(42) Arq. Nac. da T. do T., Ministério do Reino, Casa da Rainha, Maço 390, Liv. 17, fls. 93-94.
(43) Ataíde Oliveira, Ob. cit., pág. 256.
(44) Arq. Nac. da T. do T., Ministério do Reino, Casa da Rainha, Maço 388, Liv. 8, fls. 9 V.º e 10.
(45) Arq. Nac. da T. do T., Ibidem, fl. 11.
(46) Arq. Nac. da T. do T., Ibidem, Maço 390, Liv. 17, fl. 76 V.º.
(47) Arq. Nac. da T. do T., Chancelaria D. João VI, Liv. 16 fl. 39; Mercês D. João VI, Liv. 10, fl. 277.

valente pescador ficou também recebendo a pensão anual de 100$000 réis (48).

Foi Guardião da Armada e, por sua morte, ficou a viuva, Maria da Costa, recebendo a pensão anual de 50$000 réis (49).

Quando em 1935, ainda estudante, fomos a férias do Natal a Olhão, nossa querida terra, tivemos a boa fortuna de conhecer um dos netos dêste ousado tripulante do «Bom Sucesso»: o sr. Domingues Pires Calhau.

Foi com bastante entusiasmo que êste venerando octogenário nos contou o que ouvia dizer quando ainda criança, a sua avó, àcêrca da viagem dc avô ao Brasil.

E' curioso que êste nosso querido amigo se recorda, vagamente, de ter ouvido falar em 13 tripulantes, que representariam Cristo e os doze Apóstolos, na imaginação desta boa gente do mar.

Mas nós já dissemos que o «Telégrafo Portuguez», de 1809, regista «17 Algarvenses».

Com justificado orgulho e carinho, Domingos Calhau mostrou-nos o Alvará, já amarelecido, que isentava a lancha de seu avô de direitos de pesca, o qual, com uma desconjuntada e velha caixa do Brasil, constituem, para aquela família relíquias preciosas e autênticos títulos de nobreza, pois nem só o *sangue azul* nobilita mas também o valor, o heroísmo e o amor da Pátria, por mais humildes que sejam aqueles em cujo corpo se albergue a alma dum honrado pescador.

A propósito devemos dizer que Domingos Pires Calhau, digno herdeiro das arrojadas qualidades que distinguiram seu avô, é condecorado com a medalha de cobre do Instituto de Socorros a Náufragos.

E' que êste velho marítimo, que passou grande parte da vida nos Estados Unidos da América do

(48) Arq. Nac. da T. do T., Chancelaria D. João VI, Liv. 44, fl. 184.

(49) Arq. Nac. da T. do T., Mercês D. Pedro IV, Liv. 3 fl. 76.

Norte, sendo dos primeiros olhanenses que para lá emigraram no século passado, salvou heròicamente a tripulação de uma canôa da pesca de Setúbal, quando, em 28 de Outubro de 1896, viajava ao largo daquele pôrto em direcção ao Algarve.

Este velho marinheiro é pai da sra. D. Maria Fernandes Pires Paixão, e tem já hoje numerosos netos.

José da Cruz Charrão a quem Ataíde não cita, foi outro dos tripulantes que, como os demais, foi também agraciado com uma lancha livre de pagamento de dízimo, pelo Decreto de 27 de Dezembro de 1808 e Alvará de 15 de Março de 1811 (50). Com a extinção de tal privilégio, foi-lhe também concedida a pensão de 100$000 réis anuais (51).

Além desta mercê, foi nomeado «Meirinho do Tabaco» em Olhão, por Decreto de 19 de Novembro de 1808 e Alvará de 23 de Dezembro de 1824, percebendo 50$000 réis anuais, ordenado igual ao do «Meirinho da superintendência do Tabaco do Reino do Algarve» (52).

José Charrão foi Mestre de Fragata. Di-lo o documento que, por sua morte, concedeu à viuva, Mónica Maria, a pensão anual de 50$000 réis (53).

António da Cruz Charrão é um outro tripulante, citado ja por Ataíde. Este, em 1906, recolheu da tradição que António da Cruz fôra Guardião da Armada, mas não lhe foi possível encontrar documentação que o comprovasse, nem ainda nos livros do registo pa-

(50) Arq. Nac. da T. do T., Chancelaria D. João VI, Liv. 16, fl. 20 V.º; Mercês D. João VI, Liv. 10, fl. 276.

(51) Arq. Nac. da T. do T., Chancelaria D. João VI, Liv. 44, fl. 183 V.º; Mercês D. João VI, Liv. 20, fl. 197 V.º.

(52) Arq. Nac. da T. do T., Chancelaria D. João VI, Liv. 42, fl. 96; Mercês D. João VI, Liv. 19, fl. 232.

(53) Arq. Nac. da T. do T., Mercês D. Pedro IV, Liv. 3, fl. 76.

roquial, concluindo, por isso, que tenha perecido vítima dum naufrágio (54).

Contudo, podemos informar que êste arrojado pescador foi agraciado com a propriedade do «Ofício de Partidor do Judicial e Orfãos» da nova vila de Olhão, por Decreto de 7 de Fevereiro de 1827 (55).

Também, por não saber ler, se lhe concedeu dispensa de habilitações e exame pelos Decretos de 7 de Março e 3 de Maio do referido ano (56).

Pôde, além disso, nomear «pessoa hábil» que exercesse por êle essas funções (57).

António e José Charrão, eram, evidentemente pessoas da mesma família, de que ainda hoje existe o apelido. O primeiro sabemos nós ser o avô da veneranda octogenária D. Ana Gonçalves Farinheira, mãi do antigo administrador do Concelho de Olhão e nosso amigo, o sr. Domingos Gonçalves Farinheira.

A bondosa senhora, que nos estima desde criança, conta-nos, com bastante lucidez e memória, a odisseia de seu avô. Parece que António Charrão, como se tivessem esquècido de lhe distribuir as justas recompensas do seu valoroso feito, se meteu a bordo das naus de Lisboa e ao Rio voltou, reclamando justiça. D. João VI, que sempre apreciou os seus «Algarves» como bons remadores das galeotas reais, reteve ali o nosso homem por algum tempo, até que o deixou partir, dando-lhe satisfação ao seu protesto e enchendo-o de dinheiro e presentes. Parece ter trazido então um rico faqueiro de prata, cujo conteúdo foi depois distribuído, como recordação, pelas filhas do audaz e inteligente pescador.

---

(54) *Monografia do Concelho de Olhão*, pág. 252.
(55) Arq. Nac. da T. do T., Ministério do Reino, Casa da Rainha, Maço 388, Liv. 8, fls. 21
(56) Arq. Nac. da T. do T., Ibidem, fl. 23.
(57) Arq. Nac. da T. do T., Ibidem, fl. 24 V.º.

Manuel Viegas. Aparece-nos citado por Ataíde como mais um dos tripulantes do caíque, pois figura nos livros de registo com a patente de Tenente e assim era conhecido. O autor da *Monografia* de Olhão apresenta-o como 2.º Tenente da Armada (58). Nada encontrámos que o comprovasse.

De passagem diremos que deparámos com o nome de João da Fonseca Calhau, agraciado, em 1826, com a propriedade do «Ofício de Feitor, e recebedor da Portagem da vila de Olhão» pelos «...Serviços que em 1808 êle havia praticado na Restauração...» e com o ordenado de 100$000 réis (59).

Cremos que, se não foi um dos tripulantes do «Bom Sucesso», foi mais um dos bravos que em Olhão se bateu contra o francês.

Joaquim Ribeiro, foi também ao Brasil. Ataíde diz-nos que lhe foi concedida «a patente de 2.º Tenente da Armada como se vê ainda do título da pensão que uma filha recebe» (60).

São netos, ainda vivos, dêste intrépido marinheiro, os nossos amigos srs. Lourenço do O' da Silva, prosador modesto que em tempos colaborou na imprensa algarvia, sob o pseudónimo de «João Capuz» (que nos recorda as belas páginas do nosso grande Eça), e Joaquim da Silva Vaz, pai dum nosso desditoso companheiro de infância.

Também êste ficou isento de pagar direitos do pescado de todo o peixe que a sua lancha apanhasse, por Decreto de 27 de Dezembro de 1808 e Alvará de 28 de Fevereiro de 1811 (61).

---

(58) Ob. cit., pág. 288.
(59) Arq. Nac. da T. do T., Mercês D. Pedro IV, Liv. I, fl. 1 V.º.
(60) Ob. cit., pág. 285.
(61) Arq. Nac. da T. do T., Chancelaria D. João VI, Liv, 15 f. 330 V.º; Mercês D. João VI, Liv. 10, f. 277.

Abolido êste privilégio, foi-lhe também concedida a pensão anual de 100$000 réis (62).

Segundo nos informa Ataíde, êste tripulante morava na rua Marques Fernandes e era casado com Rosa Maria. Faleceu em 30 de Julho de 1833 e foi sepultado na Capelinha do Senhor dos Aflitos, verdadeiro pantéon dos antigos marítimos de Olhão. Pena é que não possamos hoje saber onde ficariam as suas humildes campas devido às modificações sofridas pelo local, murado, onde se depositavam os ossos dos antigos moradores do Lugar.

Manuel de Oliveira, um outro tripulante do caíque, é apontado por Ataíde como 2.º Tenente da Armada. Todos assim o tratavam e assim aparece nos livros de registo paroquial.

Era casado com Teresa Machada e morava na Rua de S. José. Faleceu em 31 de Agôsto de 1847 e jaz sepultado na igreja de N. S. do Rosário (63).

A sua lancha foi também isenta de direitos de pesca, por Decreto, de 27 de Dezembro de 1808 e Alvará de 28 de Fevereiro de 1811 (64).

Ao caducar êste privilégio, foi-lhe concedida a pensão anual de 100$000 réis (65). Ignoramos a sua descendência actual.

Joaquim do O'. Diz-nos Ataíde que era casado com Madalena Maria, e vivia em 1808 na rua de Sant'Ana. Falecido em 26 de Abril de 1840, foi sepultado na ermida de N. S. da *Soledade*. O autor da *Monografia de Olhão,* publicou alguns documentos relativos a êste mareante e pôde informar mais circunstanciadamente a seu respeito, devido aos documentos que lhe forneceu o já falecido padre João de Mendonça Vinhas, tio do nosso amigo António dos Reis Vinhas, netos de Joaquim do O'.

(62) Arq. Nac. da T. do T., Chancelaria D. João VI, Liv. 45, f. 7; Mercês D. João VI, Liv. 20, f. 207.

(63) Ataíde Oliveira, ob. cit. pag. 286.

(64) Arq. Nac. da T. do T., Chancelaria D. João VI, Liv. 12, f. 291; Mercês D. João VI, Liv. 10, f. 300.

(65) Arq. Nac. da T. do T., Chancelaria D. João VI, Liv. 42, f. 179; Mercês D. João VI, Liv. 20, f. 198.

Este herói foi também contemplado com a isenção de direitos de pesca, por Decreto de 26 de Novembro de 1808 e Alvará de 28 de Novembro de 1809 (66).

Com a abolição dêste privilégio, em 1824, ficou também recebendo 100$000 réis anuais (67).

Ainda em 1824, por Decreto de 6 de Maio e Alvará de 18, deram-lhe a sobrevivência da referida pensão, que, por sua morte, devia ser repartida por todos os seus filhos. Já assim o havia determinado a portaria de 17 de Fevereiro e Alvará de 13 de Março do mesmo ano (68).

Feito 2.º Tenente da Armada e piloto-mór da barra de Olhão, (69) concederam-lhe também em 1825 a sobrevivência dêste lugar para seu filho mais velho, com igual vencimento, obrigando-se êste a repartir a terça parte por suas irmãs (70).

Joaquim do O' foi nomeado piloto-mór da barra de Olhão, com 200$000 réis anuais, por carta de 18 de Julho de 1809, mas só tomou posse do cargo em 16 de Abril de 1810 (71). Nenhum registo oficial encontrámos a êste respeito.

Parece ter sido, dos tripulantes, o que recebeu

(66) Arq. Nac. da T. do T., Chancelaria D. João VI, Liv. 12, f. 207, v.º; Mercês D. João VI, Liv. 10, f. 164.

(67) Arq. Nac. da T. do T., Mercês D. João VI, Liv. 20, f. 197, Logo em 1816, a portaria de 2 de Julho e Alvará de 11 de Outubro lhe estabeleceu a referida pensão: Mercês D. João VI, Liv. 13, f. 2.

(68) Arq. Nac. da T. do T., Ibidem, Liv. 19 f. 10 e Liv. 18, f. 118 V.º.

(69) Arq. Nac. da T. do T., Ibidem, Liv. 19 f. 30; Liv. 18 f. 118 V.º

(70) Arq. Nac. da T. do T., Ibidem, Liv. 20, f. 53 (Decreto 7 de Fevereiro de 1824 e carta de 20 de Abril de 1825).

(71) Ataíde Oliveira, ob. cit. pag. 282.

maior número de mercês, visto que foi ainda nomeado Escrivão da Câmara e Saúde de Olhão, por Alvará de 10 de Janeiro de 1815, de que lhe foi passada carta só em 23 de Dezembro de 1820. Não encontrámos também o registo oficial dêste último documento, mas Ataíde, ao transcrevê-lo, declara tê-lo visto « escrito em pergaminho e nêle lançado todos os vistos e acórdãos das diversas Repartições por onde era necessário transitar ».

Confirmando êste documento, encontrámos outros segundo os quais Joaquim do O' pôde nomear «pessoa apta» que por êle exercesse essas funções (72).

Não sabia ler êste primeiro escrivão do município olhanense. Bastou-lhe apenas a qualidade de português de lei, para ser investido nesse alto cargo.

Interesseiro, como todo o bom pescador, logo se lembrou que poderia receber o mesmo ordenado do Escrivão da Câmara de Faro, 64$000 réis, pois a de Olhão apenas lhe pagava 30$000 réis. Foi-lhe então aumentado o vencimento para 40$000 réis, atendendo ao desenvolvimento populacional da nova vila e «à diferença do valor da moeda do tempo em que se estabelecerão os ordenados de vários Escrivães da Câmara em várias terras dêste Reino » (73).

Joaquim do O' foi também agraciado com o hábito da Ordem militar de Cristo, com 12$000 réis de tença (Decreto 15 de Abril de 1809) (74) mas nada oficialmente encontrámos registado a êste respeito. Ainda hoje os seus herdeiros — a família Vinhas — conservam um pequeno espadim que dizem ter sido oferecido por el-rei D. João VI ao seu arrojado avô, bem digno de ser exposto com o do mestre Garrôcho num museu a inaugurar na encantadora «Vila Branca».

---

(72) Arq. Nac. da T. do T., Mercês D. João VI, Liv. 16 f. 172; Ministério do Reino, Casa da Rainha, Maço 388, Liv. 8, f. 13 V.º (Decreto de 25 de Abril de 1809 e de 16 de Agôsto de 1826).

(73) Arq. Nac. da T. do T., Ministério do Reino, Casa da Rainha, Maço 390, Liv. 17, fs. 23 V.º e 24.

(74) Ataíde Oliveira, ob. cit., pag. 282, 283.

E... já temos enumerado, até aqui, 13 tripulantes do « Bom Sucesso. » Quais seriam os restantes? Entramos agora no campo da hipótese, embora com algum fundamento.

Luiz de Sequeira Oliva e Sousa Cabral, no seu curioso drama histórico « Restauração dos Algarves ou Heróes de Faro e Olhão » (1809) apresenta-nos duas personagens olhanenses, *Charrôco* e *Amaro,* que se oferecem para ir ao Brasil como alviçareiros das liberdades pátrias (pag 81). E o mesmo Domingues Gonçalves *Encharrôco* nos aparece citado por Sebastião Cabreira, na sua « Relação histórica da revolução do Algarve » (1809) como o mensageiro que levou a Faro a notícia do levantamento dos pescadores de Olhão contra o invasor (pag. 6).

Se a estes dois nomes juntarmos agora os dois filhos do grande piloto Oliveira Nobre, feitos aspirantes a guarda-marinhas, a que se refere o « Telégrafo Portuguez » de 1809, mas sem nos dizer os seus nomes, teremos identificado os « 17 Algarvenses » que tão largamente D. João VI recompensou com dinheiro e mercês.

« Estas mercês importantes e os seus votos ardentes pelo feliz êxito da insurreição portuguesa, — escreveu Pinheiro Chagas — foram todos os socorros que o príncipe D. João enviou aos seus fiéis vassalos.

« Podia ser menos!

« E, para sermos justos devemos dizer também que é mais que provável que no Rio de Janeiro se cantasse um Te-Deum pela feliz nova, e se fizessem preces nas igrejas pelo sucesso da revolução. »

Assim devia ter sucedido, de facto, e ainda mais com a notícia levada do Pôrto, pelo bergantim « S. José Americano », de que todo o norte do país se achava também sublevado e expulsára o inimigo (75).

---

(75) Esta embarcação chegou ao Rio 6 dias depois do « Bom Sucesso », Vide Sousa Monteiro, *Hist. de Portug.* Tomo I, pag. 262.

Já a êsse tempo, segundo informa Acursio das Neves, o hiate de José Joaquim da Horta Machado, saíra de Faro, em 8 de Agôsto, levando à Côrte do Rio uma informação mais circunstanciada dos acontecimentos ocorridos no Algarve (Hist. Geral da invasão dos franceses em Portugal, tomo IV, pag. 169).

Ao voltarem do Brasil, os audaciosos pescadores do lugar de Olhão, agora elevado a vila (Alvará de 15 de Novembro de 1808) e a marquesado, (Decreto de 21 de Dezembro de 1808) ostentatavam ao peito uma significativa medalha de prata com que os distinguira D. João e cujo uso se estendia a todos os habitantes da antiga aldeia (76). A pequena medalha, muito rara, foi reproduzida por Lopes Fernandes (ob. cit., sob o n.º 74) desenho *exacto* da qual lhe forneceu o conhecido numismata Augusto Carlos Teixeira de Aragão, cirurgião mór do batalhão de Caçadores 4, e por Pedro Vitorino, (ob. cit.) que também a copiou de uma estampa. No campo da medalha, que não tinha reverso, vê-se um — O — e, em volta, a seguinte legenda: — *VIVA A RESTAURAÇÃO E O PRINCIPE R. N. S.*

Vila de Olhão da Restauração, se ficou chamando daí em diante, o berço onde nasceram estes heróis e tantos outros.

« O cognome realengo obliterou-se, — escreve Aquilino Ribeiro — devido de certo à horrível assonância, mas a memória do galhardo feito perdurou... » (77).

E Jorge Colaço imortalizaria, mais tarde, em azulejos policromos, no actual jardim « João Serra » em Olhão, esta ousada e patriótica aventura. Dizem os velhos pescadores que o artista, aliás pouco rigoroso em pormenores, devia ter reproduzido, não um caíque,

(76) Lopes Fernandes, *Memória das medalhas.* Lisboa, 1861, pág. 63. Pedro Vitorino, *O grito da independência em 1808.* Coimbra, 1928. pág. 103 B. da Ac. das C.

(77) *Guia de Portugal* vol. II, pág. 246. B. N. L.

mas uma rasca de pesca de dois latinos e pôpa fechada, tipo de embarcação importado para aqui das praias de Peniche e da Ericeira... Assim deveria ter sido o « Bom Sucesso », na opinião dos seus maiores.

Nesses painéis se representou também um novo escudo do município, com que se pretendeu substituir o tradicional... «talvez quisessem opôr à bravura dum povo o mérito duma iniciativa de aformoseamento ... » escreveu Amélia Machado Santos (78).

De tradições vivem os povos e não as devemos nunca esquècer, sobretudo quando elas são honrosas e evocadoras, como as da nossa terra. Foi esta uma das mais belas páginas da história dos pescadores olhanenses que, embora rudes e analfabetos, alcançaram elevadas distinções honoríficas apenas pelo seu valor e heroísmo.

Bem merecem, pois, que os munícipes da linda «Vila Cubista », como lhe chamou o nosso amigo Dr. Fernandes Lopes, (79) lhe consagrem os nomes e o da histórica embarcação que os imortalizou.

¿Porque não festejam os algarvios, em especial os olhanenses, a data da chegada ao Brasil dêstes heróis?

¿Quando aparecerá, no histórico largo da Matriz de Olhão, o bronze do celebrado caíque, como remate natural do monumento da Restauração no Algarve?

Aqui ficam os alvitres.

(78) *Olhão. Uma vila típica do litoral algarvio* (1934) pág. 10. B. da Ac. das C.

(79) Foi êste erudito olhanense, e não o malogrado José Dias Sancho, quem assim crismou a típica vila algarvia.